

Onde está a direita? Análise do desempenho do PFL/DEM nas eleições municipais paulistas (1992-2012)

Otávio Zilioli Catelano¹

Introdução

As desigualdades socioeconômicas fazem com que as interações sociais sejam diversas e variadas de acordo com as características de cada região, sendo possível notar que certos contextos expressam certas tendências de votações. Isso nos faz refletir acerca da influência do contexto sobre o voto dos indivíduos e sobre como os partidos têm inclinação a ocupar determinados territórios de acordo com o seu campo ideológico. Neste artigo, vamos explorar como o desempenho de um partido de direita em seis eleições municipais se expressou territorialmente no estado de São Paulo, isto é, se houve concentração em determinadas regiões e municipalidades e, se sim, de quais tipos.

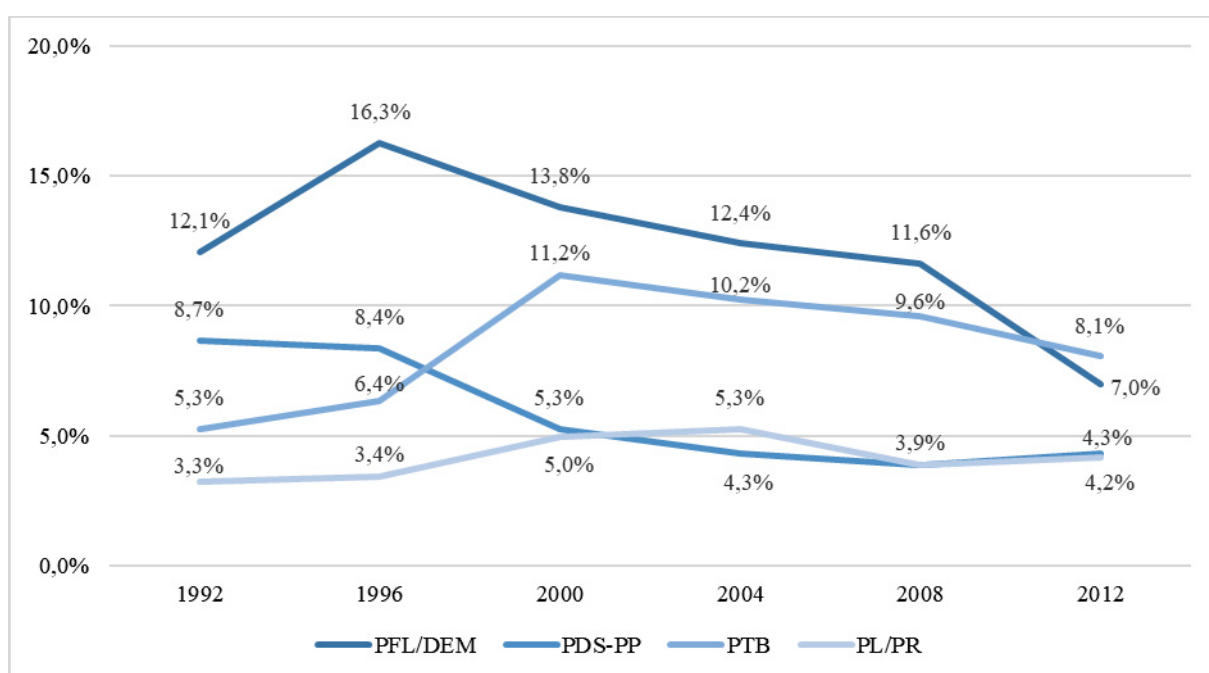
Diversos trabalhos procuraram explorar que tipos de contextos determinariam maior propensão ao sucesso eleitoral de partidos de determinados campos ideológicos. De acordo com a literatura, os partidos de direita são mais presentes em municípios de porte populacional pequeno, de baixa qualidade de vida e distantes dos grandes centros políticos (AVELAR, LIMA, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000; AVELAR, WALTER, 2008; MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012), porque este tipo de realidade social tornaria o eleitorado mais vulnerável a políticas imediatistas, fazendo com que políticos que pratiquem a cooptação clientelista alcem ao poder (AVELAR, LIMA, 2000). Nosso trabalho será analisar, a partir do mapeamento de votações e da comparação com indicadores socioeconômicos, se esse tipo de contexto é favorável para a direita especificamente no estado de São Paulo. Neste trabalho, vamos nos debruçar sobre as eleições para prefeituras e vereadores. O recorte temporal proposto tem início nas eleições municipais de 1992 e final das de 2012, considerando que o

¹ Estudante do terceiro ano de graduação de Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (Polbras), ligado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop-Unicamp). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rachel Meneguello (Cesop-Unicamp). Contato: ozcatelano@gmail.com. Registra-se o devido agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo fomento a esta pesquisa através do processo de número 16/01760-7. Esta bolsa está vinculada ao projeto temático “Organização e funcionamento da política representativa no Estado de São Paulo (1994-2014)”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rachel Meneguello e financiado pela Fapesp através do processo de número 12/19330-8. É necessário reconhecer o apoio de Monize Arquer e Henrique Curi para a escrita deste artigo.

estudo de seis disputas ao longo de 20 anos seja suficiente para identificar as possíveis concentrações geográficas das votações.

A bibliografia citada trata de quatro principais partidos no bloco ideológico da direita: o Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM), o Partido Democrático Social-Partido Progressista (PDS-PP)², o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Liberal/Partido da República (PL/PR). Temos, abaixo, um gráfico que analisa a força dessas siglas em São Paulo.

Gráfico 1
Prefeituras conquistadas pelos principais partidos de direita em SP (%)
(1992-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³.

O PDS-PP é fortemente marcado pelo fator da liderança malufista (FERNANDES, 2017, no prelo). Este fator, porém, mostra-se importante apenas para as eleições para governador, já que a sigla perde muita força nas eleições para prefeitos ao longo do tempo (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012) - em quatro das seis eleições observadas, seu desempenho em porcentagem de vitórias se iguala ao do pequeno PL/PR. O PFL/DEM, por outro lado, é o partido com a porcentagem de vitórias mais proeminente no bloco ideológico da direita. É

² Trata-se de um resumo dos quatro nomes do partido no período estudado: Partido Democrático Social (PDS), Partido Popular Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Progressista (PP).

³ Os dados dos partidos vencedores em cada eleição foram gentilmente cedidos por Vitor Vasquez, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) do IFCH-Unicamp, que organizou os bancos que podem ser encontrados no sítio do TSE (Disponível em: www.tse.jus.br).

ultrapassado pelo PTB somente em 2012, mas não porque o PTB cresceu mais que ele: ambos apresentaram queda, sendo a do PFL/DEM mais vertiginosa que a do PTB. Além disso, ao longo do tempo, o PFL/DEM tem se mostrado um partido com uma das maiores porcentagens de vitórias no estado (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012, p. 124). Por esses motivos, escolhemos focalizar o estudo sobre o desempenho do PFL/DEM.

Atualmente, o estado de São Paulo abriga cerca de 45 milhões de habitantes (IBGE, 2017), o que o classifica como a unidade federativa mais populosa do país; em 2014, seu Produto Interno Bruto (PIB) representava 32,15% do todo brasileiro (IBGE, 2016), sendo o estado com a maior participação relativa na União; e, atualmente, possui 645 municípios, o estado com o segundo maior número neste quesito. Além desses registros socioeconômicos marcantes, que caracterizam São Paulo como centro econômico do país, todos os partidos registrados no TSE estão minimamente organizados no estado. Esses dados demonstram o alto número de votos, orçamentos e municipalidades que estão sendo disputados há décadas no território paulista pelos partidos do país. Por isso, o estado é um lugar privilegiado para o estudo dos partidos e do sistema partidário brasileiros.

No que se refere a desigualdades socioeconômicas, São Paulo não apresenta uma realidade diferente da brasileira. População, renda e infraestrutura não são igualmente distribuídas pelo território, sendo possível constatar uma forte desigualdade mesmo no estado mais populoso e rico do país. Partindo da concepção de que o contexto socioeconômico influencia votações, queremos observar os efeitos dessa territorialidade: se os contextos são geograficamente localizados, logo, as suas influências sobre as votações também seriam.

Assim, com a finalidade de observar o espaço ocupado por partidos de direita em São Paulo no decorrer do tempo, nossa pergunta é: no âmbito municipal paulista, o PFL/DEM tem desempenho de acordo com o indicado pela literatura? A nossa hipótese é de que as votações do PFL/DEM seguem o padrão apontado, obtendo melhores desempenhos em municípios de porte pequeno, distantes dos grandes centros político-econômicos e imersos em contextos de pior infraestrutura e qualidade de vida.

Mobilização bibliográfica

Estrutura social e política local

A política local brasileira é marcada por fenômenos que estão diretamente ligados à estrutura social. No período pré-1945, por exemplo, a estrutura agrária baseada no latifúndio, herdada do

período colonial, teve como resultado um sistema de articulação entre as três esferas políticas – nacional, estadual e municipal – que fracassou a tentativa de construir um governo representativo no país. Este sistema foi nomeado por Nunes Leal (2012) [1949] como “coronelismo”. A estrutura latifundiária condicionou a dependência do trabalhador rural para com o proprietário de terra, colocando aquele sob uma combinação de “pobreza material e cultural” com o “isolamento” (LIMONGI, 2012, p.40).

Um dos elementos do coronelismo era o governismo, enquanto “manifestação do ‘falseamento intrínseco da nossa representação’” (LIMONGI, 2012, p. 46). O governismo consistia numa relação entre os líderes estaduais e os chefes políticos locais. As eleições municipais serviam para medir a força política dos chefes locais – eram violentas, mas não necessariamente competitivas. Uma vez vencedor, o político era incentivado a se alinhar ao governo estadual independentemente de sua posição favorável ou contrária a este, pois os municípios eram dependentes legal e financeiramente do estado para a realização de quaisquer obras e projetos. Esta era a principal razão da manutenção do governismo. Ao apoiar o líder estadual, além de conseguir recursos para governar, o vencedor era beneficiado com favores de ordem pessoal, com o pagamento de despesas eleitorais e com o apoio do oficialismo estadual, “seja por ação, seja por omissão”, possibilitando a perseguição da oposição e, por conseguinte, a reeleição (NUNES LEAL, 2012 [1949], pp. 63-65). Assim, a ordem foi garantida pelo menos até 1945, a primeira experiência democrática do país, segundo o autor. Mas poderíamos afirmar que desde então a política local está livre das amarras do coronelismo?

Kerbauly (2000), ao questionar sobre a possível “morte dos coronéis”, descreve como no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1982) o país passou por uma série de mudanças institucionais que aceleraram o processo de desintegração da política tradicional que havia sido iniciado pelo aumento do grau de urbanização na década de 1950. Essa modernização política corroeu as antigas formas de dominação, como o coronelismo e o clientelismo, bases do poder local até então, esvaziando os recursos de controle social dos chefes locais. Com elas, houve o surgimento do “político moderno”, que deveria contornar a nova realidade através da inovação nos procedimentos políticos locais (dando lugar ao clientelismo de massa, ao burocratismo e ao corporativismo) para atender interesses privados e públicos, demandas de partidos e pressão de veículos de comunicação em massa (KERBAUY, 2000).

Para a autora, em São Paulo, por conta dos efeitos das mudanças institucionais e pelo histórico de desenvolvimento do interior paulista, o “coronelismo, o tradicionalismo e suas relações de

fidelidade pessoal e familiar são empurrados para a periferia rural do estado, onde ainda conseguem sobreviver precariamente” (KERBAUY, 2000, p. 142). Essas regiões da “periferia” do estado, de caráter mais agrícola e menos urbanizado, permaneceram marcadas pela relação precária com a terra. A importância de retornar Nunes Leal reside na prática de observar e trazer ao centro a questão da estrutura social nos municípios para compreender a reprodução da política tradicional.

Direita e política local

Com base em um survey feito em 1996, Mainwaring, Meneguello e Power (2000) mostraram as limitações para o caso brasileiro da afirmação de Gibson (1996) de que as bases dos partidos conservadores estão nas “camadas superiores da sociedade” (GIBSON, 1996, p.7). Entre as variáveis exploradas, os autores procuraram “desproporcionalidades”, pelo que entendem como a descoberta de indicadores de bases que sejam ligeiramente mais inclinadas a um partido do que a média (MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000, p. 14). A região e o tamanho do município se mostraram duas das mais marcantes para a descrição das bases de identificação com os partidos de direita⁴. O conjunto da direita apresentou maior identificação partidária no Nordeste, região de pior qualidade de vida, muito por conta do bom desempenho do PFL na região; e demonstrou ter maior identificação em municípios pequenos, também com destaque para o PFL.

Avelar e Lima (2000) concordam que “em quase todos os países de fortes desigualdades regionais tem sido reiteradamente observada uma forte correlação entre o grau de desenvolvimento de regiões e municípios e a força eleitoral de partidos políticos” (AVELAR, LIMA, 2000, p. 195)⁵. Os autores analisam o desempenho de partidos nas eleições municipais brasileiras de 1988 e 1996, de acordo com variáveis como o porte do município⁶ e o IDH regional, de maneira semelhante à de Mainwaring, Meneguello e Power (2000).

O PFL apresentou melhor desempenho entre os municípios de porte micro, pequeno e grande de IDH baixos, além dos micro e pequenos de IDH médios, ou seja, principalmente entre os menores e os de piores qualidades de vida. Esses dados ilustraram a “continuidade das forças

⁴ Outra foi a idade: os eleitores de partidos conservadores eram mais velhos do que de partidos de centro e de esquerda.

⁵ O artigo faz uma associação entre os indicadores socioeconômicos e os resultados de eleições municipais, exercício que faremos neste trabalho.

⁶ Consideram “micro municípios” os que tem menos de 10 mil habitantes, “municípios pequenos” os que tem entre 10 mil e 19.999 habitantes, “médios” os que tem entre 20 mil e 99.999 habitantes e “grandes” os que tem mais de 100 mil habitantes (AVELAR, LIMA, 2000, p. 201).

político-oligárquicas nos municípios menores e piores” (AVELAR, LIMA, 2000, p. 207). No geral, destaca-se a) que a força da direita aumenta quando se transita de regiões de alto IDH para as de médio e baixo IDH e menor desenvolvimento e b) que, com a exceção do PPB, que teve desempenho notável em cidades de maior porte, as siglas de direita tiveram mais influência em municípios de porte menor, com ressaltos para o PFL.

“As forças políticas tradicionais utilizam-se das siglas partidárias como cinturões de transmissão de interesses a partir da manipulação clientelística ou semi-clientelística do eleitorado que habita os municípios muito pequenos, particularmente nas regiões de menor desenvolvimento e cuja estrutura social é pouco diferenciada, com níveis baixos de desenvolvimento social. Condições estas que, entre outras, possibilitam a continuidade do poder oligárquico” (AVELAR, LIMA, 2000, pp. 217-218).

Os autores definem “política tradicional” a partir de Hagopian (1996), identificando o poder altamente concentrado, a restrição ao acesso às arenas de decisão, a hierarquização dos canais de representação e a regulação dos níveis de competição (AVELAR, LIMA, 2000, p. 197). Para eles, há um hiato entre a modernização econômica e a mudança política, ou seja, a superação da política tradicional; esta que, para Avelar e Lima, só teve continuidade por se basear na política de clientelismo, se “alimentando” de eleitorados socialmente dependentes que só veem no imediatismo político uma opção viável (AVELAR, LIMA, 2000, p. 220). Constatamos que a estrutura social, que antes era uma das bases do coronelismo, ainda se relaciona com a manutenção do poder de oligarquias locais com base em políticas clientelistas.

Avelar e Walter (2008), em artigo mais recente, deram continuidade ao trabalho, reiterando que “as mudanças políticas são mais lentas no interior do país, sobretudo entre os municípios micro e pequenos, onde há controle do eleitorado” (AVELAR, WALTER, 2008, p. 107, grifo nosso). Analisando as mesmas variáveis do artigo anterior – porte do município e IDH –, as afirmações sobre os partidos de direita são as mesmas: “Esse conjunto de partidos tem em comum a influência em municípios menores e tende a se concentrar nos de qualidade mais baixa. Inversamente, tende a ser mais fraco nos municípios grandes e de melhor qualidade” (AVELAR, WALTER, 2008, p. 114). Para as autoras, o PFL/DEM tem declaradamente como estratégia vencer em eleições municipais e agir como coadjuvante em eleições nacionais “ora do PMDB, hora do PSDB”, é um “partido de banqueiros, da elite financeira, distante do eleitorado (...), um caso de continuidade oligárquica, só que das elites financeiras regionais” (AVELAR, WALTER, 2008, pp. 118-119).

Em suma, os trabalhos que revisamos destacaram como os partidos de direita brasileiros, sobretudo o PFL/DEM, relacionam-se com diversas variáveis no âmbito das eleições municipais, o que pretendemos fazer especificamente para o estado de São Paulo.

Política paulista

Meneguello e Bizzarro Neto (2012) analisaram a competição na política paulista, partindo do pressuposto de que o contexto exerce influência sobre o comportamento político. O artigo faz análises das votações para governador, deputado estadual e prefeitos, sendo estes sobre os quais concentraremos nossos esforços. Para os autores, a política paulista pós-1986 pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, entre 1986 e 1994, no qual o centro (PMDB), a esquerda (PT) e a direita malufista (PDS/PPR) eram os principais competidores; e o segundo, iniciado em 1994, no qual o centro (PSDB) e a esquerda (PT) partilham as preferências.

Para os autores, o declínio do PDS-PP em eleições municipais já era observado desde a redemocratização, tanto pela força dos partidos dos outros campos, quanto pela fragmentação da própria direita, pois disputou espaço com o PFL/DEM no mesmo bloco ideológico⁷. O PFL/DEM não sustentou candidaturas para governadores, sendo, então, uma sigla de “vocaçao local” (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012, p. 131), muito forte nas disputas de eleições locais paulistas. No artigo, consideram a divisão do estado em regiões administrativas, e, a partir da revisão histórica, entendem que os fatores mais importantes a serem analisados sejam o tamanho do município, o perfil econômico da população e a escolaridade. Levam em conta o desempenho eleitoral por região a cada eleição, a caracterização socioeconômica das regiões administrativas e as relações entre centro e periferia.

O PFL/DEM teve votações fortes no interior menos urbanizado e menos industrializado, tanto que seu principal reduto é a região administrativa de Registro, a mais pobre do estado; além dela, também são redutos da sigla as regiões administrativas de Presidente Prudente e Marília desde o início do período estudado (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012, pp. 154-158). Os autores concluem que a dinâmica centro-periferia atua no estado, com concentração de votos dos partidos do governo e conservadores em regiões distantes da capital, com características socioeconômicas e demográficas específicas. No nível municipal, contextos menos populosos,

⁷ Sobre a acomodação das elites políticas, os autores mostram que as migrações partidárias foram fortes entre partidos, mas não entre campos ideológicos. O PFL, fundado por uma dissidência do PDS, pode ter sido responsável pelo declínio deste.

com maior taxa de analfabetismo e perfil econômico mais agrário “beneficiam o desempenho de partidos conservadores” (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012, p. 164).

O artigo de Meneguello e Bizzarro Neto (2012) é importante porque estuda especificamente a política paulista, fazendo considerações que levaremos adiante para as nossas análises: as relações entre as forças políticas pós-redemocratização, a divisão territorial do estado em regiões administrativas, a dinâmica centro-periferia e as considerações específicas sobre o PFL/DEM. Não obstante, leva em consideração as influências regionais na política local, reafirmando a concepção de que o contexto socioeconômico importa.

Metodologia

A teoria sociológica de explicação do voto demonstra que são “as condições sociais objetivamente vividas que formam as atitudes políticas” (FIGUEIREDO, 1991, p. 61). Como mencionamos, algumas regiões paulistas são mais populosas, ricas, industrializadas e urbanizadas que outras. Consequentemente, grupos sociais são desigualmente distribuídos: os sindicatos estão mais presentes em regiões mais industrializadas, por exemplo. Essa desigualdade inter-regional faz com que as redes de interações sociais sejam muito diversas e variadas de acordo com as regiões, formando diferentes “atitudes políticas”, que expressam diferentes tendências de votações.

É preciso reforçar que esses contextos são territorialmente localizados, e, uma vez que os indivíduos estão sujeitos a se distribuírem em um território de acordo com as suas condições sociais, devemos levar em conta que as interações sociais também estão territorialmente localizadas. Taylor e Johnston (1979) entendem que “(...) os padrões espaciais de votação (...) indicarão segregação de pessoas com diferentes visões e refletirão a segregação socioeconômica subjacente” (TAYLOR, JOHNSTON, 1979, p. 23, tradução própria). Os autores demonstram ser necessário fazer uma abordagem por meio da geografia eleitoral, ou seja, uma análise espacial das votações, por meio da introdução do elemento cartográfico, por exemplo.

A unidade de análise dos trabalhos que retomamos varia. Os artigos de Avelar e Lima (2000) e Avelar e Walter (2008), por exemplo, têm o município como unidade de análise, mas fazem um estudo do país como um todo. O trabalho de Meneguello e Bizzarro Neto (2012) faz um estudo do estado de São Paulo, mas tem como unidade de análise as regiões administrativas. Nossa intenção é fazer uma combinação dessas unidades para podermos replicar os estudos para o

estado de São Paulo levando em conta, além das desigualdades inter-regionais, também as intrarregionais.

A princípio, analisaremos espacialmente a força do PFL/DEM nas eleições municipais do estado de São Paulo. Os mapas são a melhor maneira de identificar visualmente as localidades das votações indicadas pela literatura. A partir deles, verificaremos se o partido realmente tem melhor desempenho em municípios mais distantes de centros políticos, como a capital paulista. Mapeamos o desempenho eleitoral dos PFL/DEM no recorte temporal proposto⁸. Analisaremos a porcentagem de votos no primeiro turno, porque assim podemos ter noção da força eleitoral da sigla nos municípios; e também as porcentagens de votações para vereadores⁹.

Mas somente o mapeamento não basta. Segundo Taylor e Johnston (1979), a comparação entre mapas de resultados eleitorais e variáveis socioeconômicas pode evidenciar as relações entre a distribuição espacial de diferentes visões políticas e as realidades sociais dos locais estudados (TAYLOR, JOHNSTON, 1979). Portanto, consideramos a divisão do estado em regiões administrativas, por ser uma das únicas divisões territoriais que leva em conta todos os municípios. Selecionamos três regiões: a região administrativa de Registro, de Presidente Prudente e de Campinas – a escolha das mesmas será justificada mais adiante. Para as quatro regiões, fizemos descrições socioeconômicas a partir do trabalho de Cano *et al* (2007) e de dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Além disso, montamos quadros com indicadores socioeconômicos dos municípios mais e menos populosos de cada região. Para a padronização dos quadros, ordenamos os municípios pelo tamanho da população e escolhemos os 10% maiores e os 10% menores. Neles, inserimos variáveis que podem aproximar nossa análise com a literatura recente, como o tamanho da população, o grau de urbanização, a taxa de analfabetismo, o IDH municipal¹⁰ e os resultados eleitorais do PFL/DEM para prefeitos e vereadores¹¹. Desta forma, vamos tomar os municípios paulistas como unidades de análise, levando em conta os diferentes contextos que os envolvem.

⁸ Para isso, usamos o programa TerraView Política Social 4.2.2. As votações estão distribuídas nas seguintes faixas percentuais: de 0 a 0,1%, indicando a ausência do partido no município; de 0,1 a 5%; de 5 a 15%; de 15 a 25%; de 25 a 35%; 35 a 50%; e de 50 a 100%.

⁹ A nossa base cartográfica georreferenciada do estado de São Paulo é do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Os dados da porcentagem de votação de cada partido em cada município são do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp).

¹⁰ O tamanho da população para observar o porte do município, a taxa de analfabetismo para observar a escolarização e o IDH municipal para observar a qualidade de vida.

¹¹ Nestes quadros, usamos as seguintes combinações. Para eleições de 1992 e 1996: população e população urbana de 1990, analfabetismo e IDH de 1991. Para eleições de 2000 e 2004: todos os dados de 2000. Para as eleições de

Partido da Frente Liberal/Democratas em São Paulo

Breve caracterização do partido

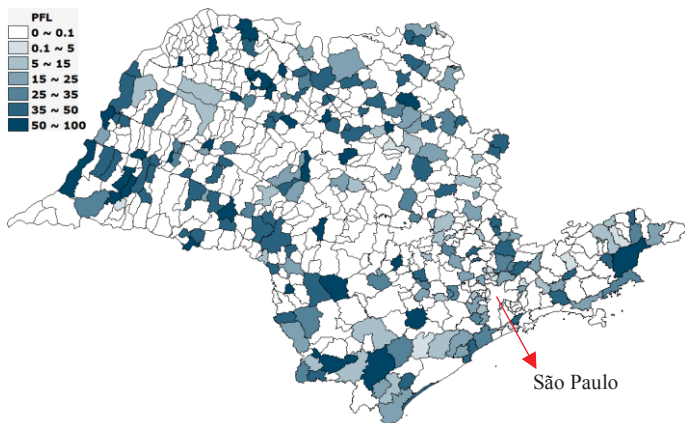
O PFL surgiu de uma dissidência do PDS, elegeu deputados constituintes e participou do processo de transição democrática. Mostrou-se um partido essencialmente conservador por apoiar medidas autoritárias, ser favorável a políticas pró-mercado e capital estrangeiro, e ser contrário a propostas democratizantes e liberdades individuais para mulheres e LGBTs (MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000; FERNANDES, 2017, no prelo). Power e Zucco (2009) revisitaram o Congresso brasileiro nos anos 2000, notando um PFL/DEM ainda conservador, pragmático, clientelista e abrigo para líderes que apoiaram todos os governos entre 1964 e 2002, sejam militares, sejam civis (POWER, ZUCCO, 2009). O partido, para se adaptar ao desenvolvimento do multipartidarismo competitivo na década de 1990, centralizou suas decisões nas Executivas partidárias e exerceu controle sobre as instâncias locais (FERNANDES, 2017, no prelo). A importância de destacar que as instâncias municipais estavam sintonizadas com o programa do partido deve-se ao fato de que vamos tratar do desempenho eleitoral do partido na política local.

Como só analisamos a votação em primeiro turno, vale mencionar que a sigla chegou ao segundo turno em Ribeirão Preto (1992), São Bernardo do Campo (1996), Sorocaba (1996 e 2004), São José do Rio Preto (2000 e 2004) e na capital São Paulo (2008), quando o partido obteve a vitória liderado por Gilberto Kassab. Nos mapas, a cor branca indica a ausência de candidatura própria da sigla no município, e a cor azul varia de acordo com a porcentagem de votos (quanto mais escuro, maior o número de votos). A capital paulista está evidenciada somente no Mapa 1, para que a informação não se repita nos subsequentes.

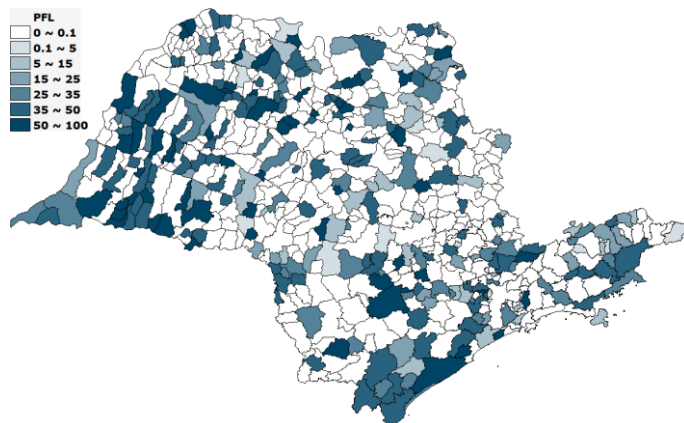
2008 e 2012, todos os dados de 2010. Os dados socioeconômicos são da Fundação Seade, acessíveis em www.seade.gov.br. Os dados eleitorais são do Cesop-Unicamp.

Mapas de distribuição das votações do PFL/DEM para os Poderes Executivos municipais (1992-2012)

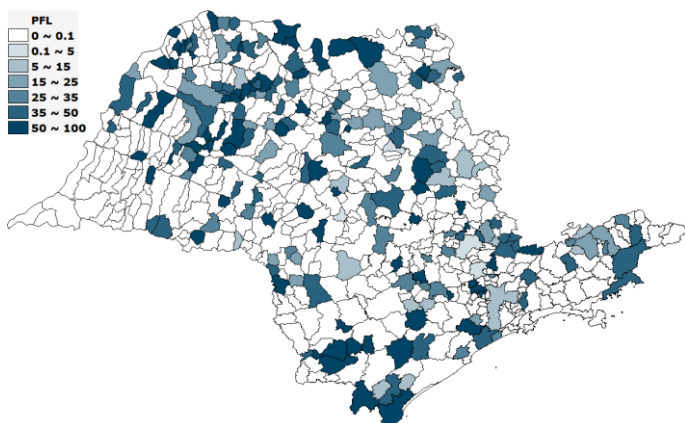
Mapa 1. PFL – Votações para Prefeituras – 1992



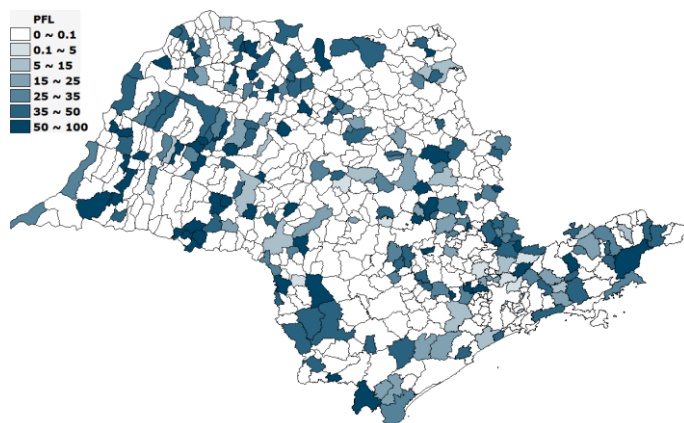
Mapa 2. PFL – Votações para Prefeituras – 1996



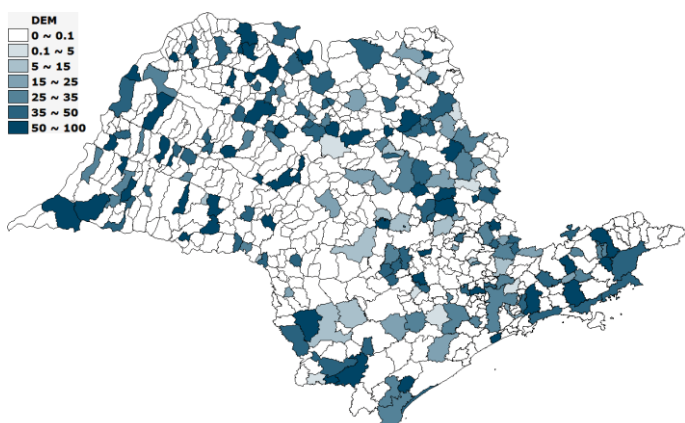
Mapa 3. PFL – Votações para Prefeituras – 2000



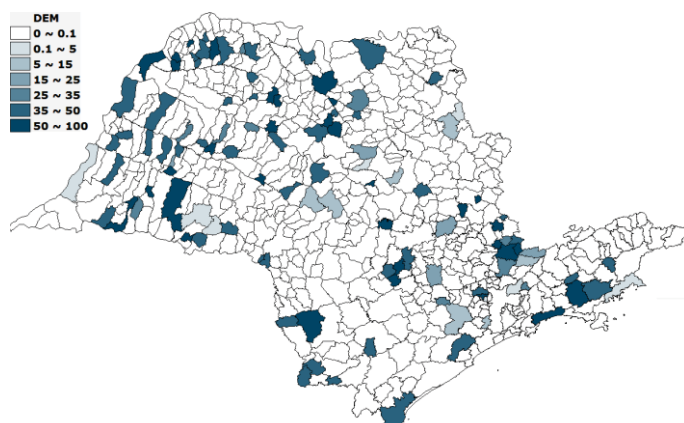
Mapa 4. PFL – Votações para Prefeituras – 2004



Mapa 5. DEM – Votações para Prefeituras – 2008



Mapa 6. DEM – Votações para Prefeituras – 2012

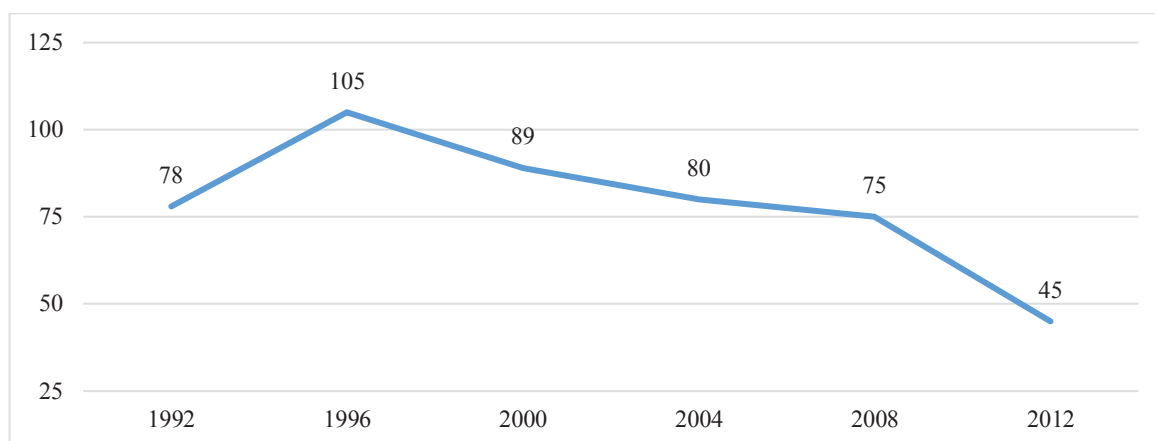


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-Coordenadoria de Centros e Núcleos [COCEN/Unicamp]).

Entre os Mapas 1 e 5, podemos ver mais claramente como as votações do partido se concentraram ao sul, ao oeste e ao noroeste do estado. Enquanto isso, na capital e nas regiões interligadas a ela por meio das principais rodovias estaduais (essas regiões se localizam logo ao

noroeste da capital), o partido lançou menos candidatos e teve votações mais baixas. Deprendemos que, de fato, a sigla esteve mais presente e obteve boas votações em municípios mais distantes do centro político e econômico do estado.

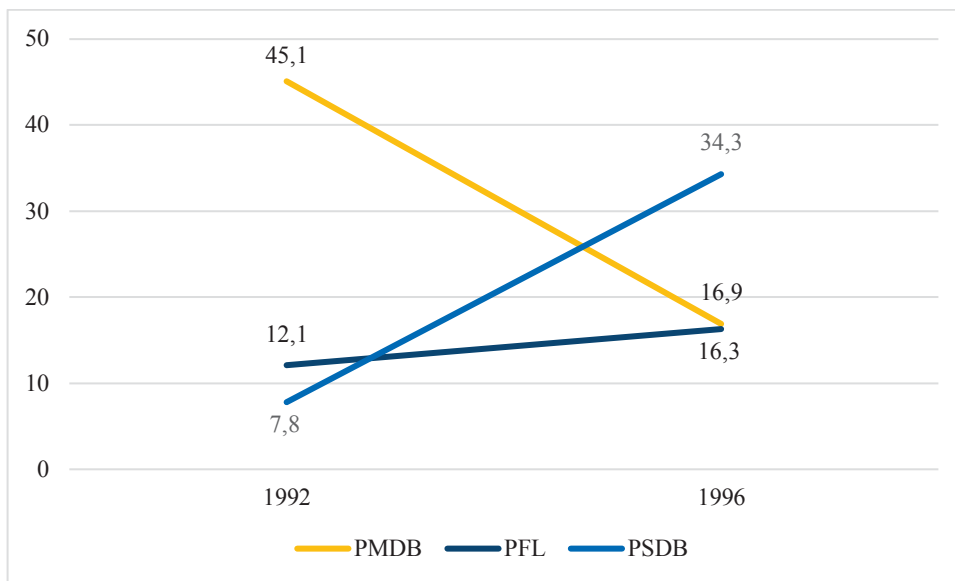
Gráfico 2
Prefeituras conquistadas pelo PFL/DEM em SP (n)
(1992-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

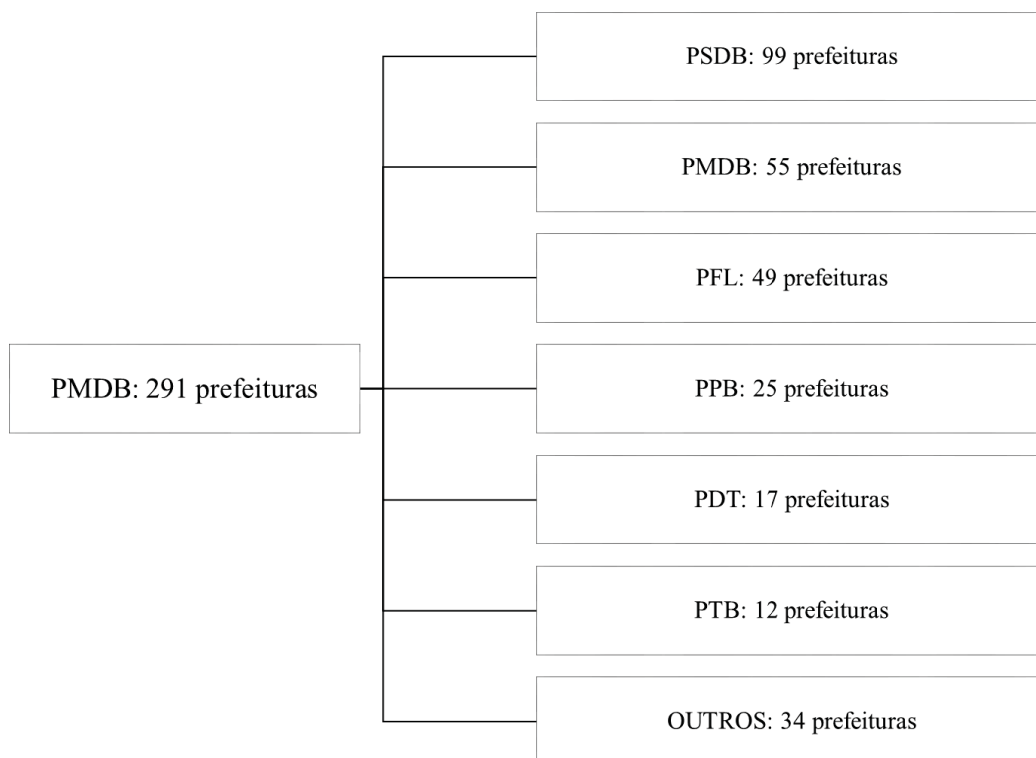
No Gráfico 2, assim como nos Mapas 2 e 6, chamam atenção a ascensão do partido em 1996 e sua queda de 2012. Em 1996, São Paulo assistiu à quebra da hegemonia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que antes elegia cerca de 45% dos prefeitos paulistas e passou a eleger pouco menos de 17%, conforme o Gráfico 3. Esse processo foi marcado pelo crescimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do próprio PFL.

Gráfico 3
Prefeituras conquistadas em SP pelo PMDB, PSDB e PFL (%)
(1992-1996)



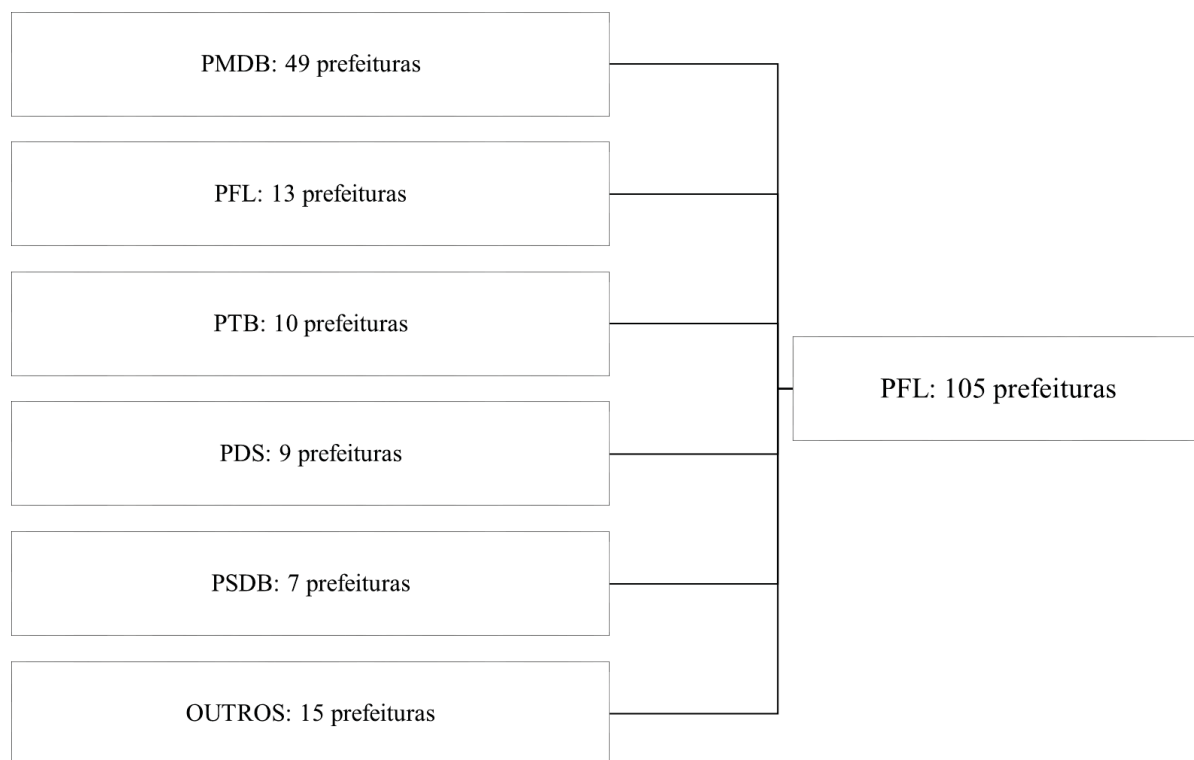
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Esquema 1
Transferência de prefeituras obtidas pelo PMDB em 1992 para os partidos em 1996



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Esquema 2 Origem partidária das prefeituras obtidas pelo PFL em 1996



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Esquema 1 mostra que, de fato, o PSDB e o PFL são os principais beneficiados pela queda do PMDB. Das 105 prefeituras conquistadas pelo PFL em 1996, apenas 13 se deram por reeleição (Esquema 2), enquanto 49 se deram pela “herança” de prefeituras que haviam sido conquistadas pelo PMDB em 1992. O partido, juntamente ao PSDB (que herdou outros 99 municípios), conseguiu ocupar um vácuo deixado pelo outrora hegemônico PMDB. Além disso, no Esquema 2, vemos que o PFL conquistou 10 prefeituras que eram do PTB, 9 que eram do PDS e 3 que eram do PL, mostrando seu crescimento no interior do bloco ideológico da direita¹². A ascensão é visível no Mapa 2¹³.

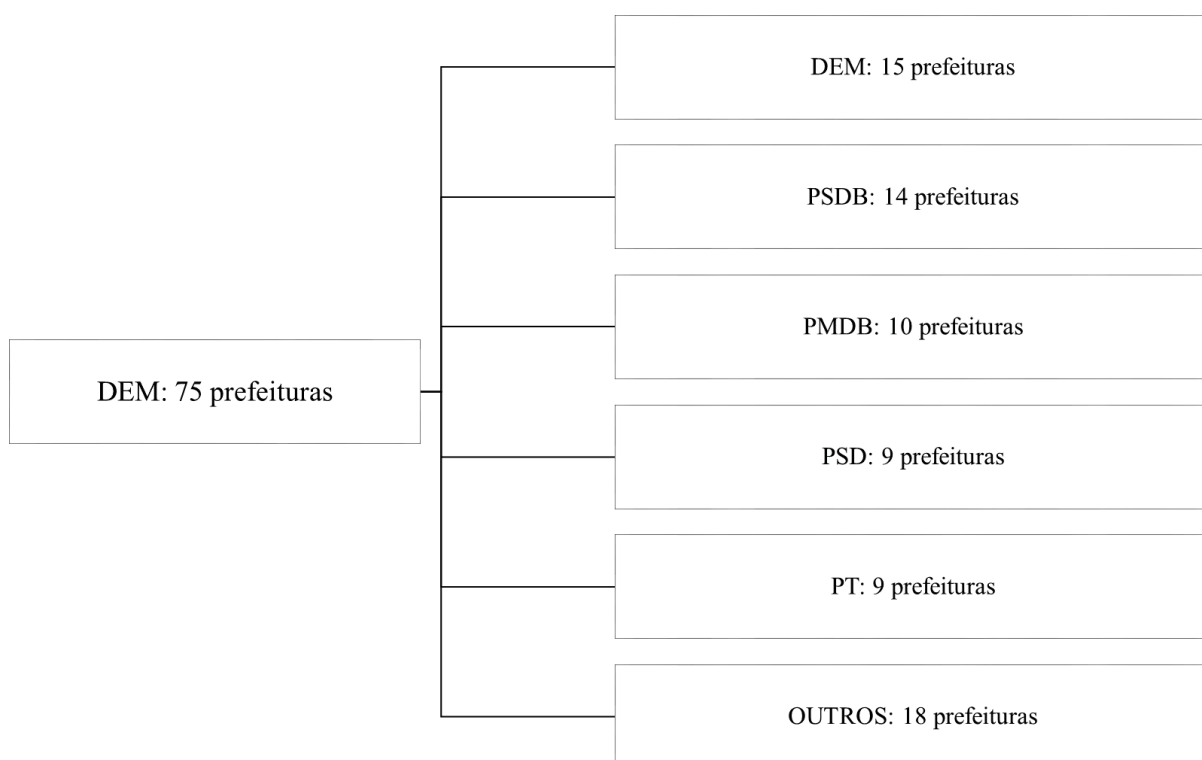
O Mapa 6 expõe a queda do partido em 2012. O número de vitórias da sigla vinha caindo lentamente desde 1996, mas sua queda mais abrupta foi em 2012, quando lançou menos candidaturas do que costumava (inclusive lançando somente uma ao sul, que antes era um de seus redutos). Mesmo assim, seguiu concentrada ao oeste e noroeste do estado, obteve boas

¹² Que também foi beneficiado pela quebra da hegemonia do PMDB, vide dados do PPB (sucessor do PDS) e do PTB no Esquema 1.

¹³ Em 1996, o partido também conquistou prefeituras que eram do PSDB (7), Partido Social Democrático (PSD, que posteriormente se incorporou ao PTB) (6), Partido Democrático Trabalhista (PDT) (3), Partido Republicano Progressista (PRP) (2) e Partido Social Trabalhista (PST) (1).

votações na maioria dos municípios em que esteve presente e conquistou 45 prefeituras total. Essa queda pode estar associada à primeira participação do Partido Social Democrático (PSD) nas eleições. O partido foi fundado por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo pelo DEM, que levou consigo diversos deputados, prefeitos e vereadores do partido (FERNANDES, 2017, no prelo).

Esquema 3
Transferência de prefeituras obtidas pelo DEM em 2008 para os partidos em 2012

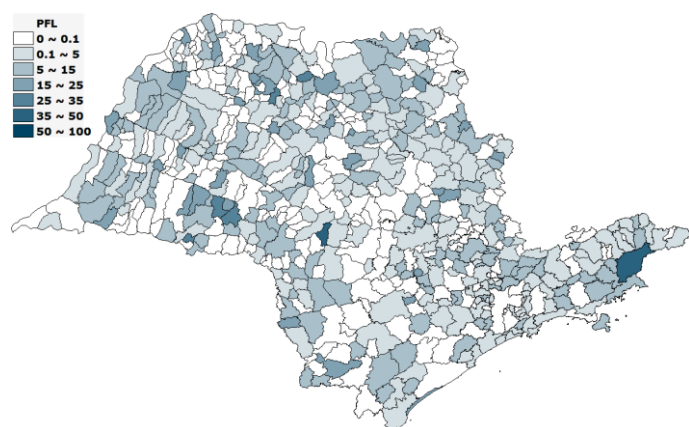


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

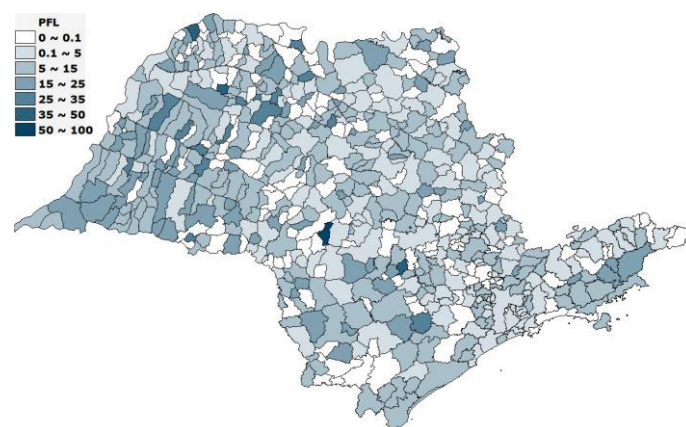
O Esquema 3 expõe que entre as 75 prefeituras conquistadas pelo DEM em 2008, o partido se reelegeu em apenas 15 nas eleições de 2012. A transferência de prefeituras ocorreu para o PSDB (14), PMDB (10), PT (9) e PSD (9). Assim, percebemos que o PSD é, sim, um dos responsáveis pela queda do DEM, mas não é o único, pois o PT, o PMDB e o PSDB também estão envolvidos, sendo este último com uma “parcela de culpa” maior.

Mapas de distribuição das votações do PFL/DEM para os Poderes Legislativos municipais (1992-2012)

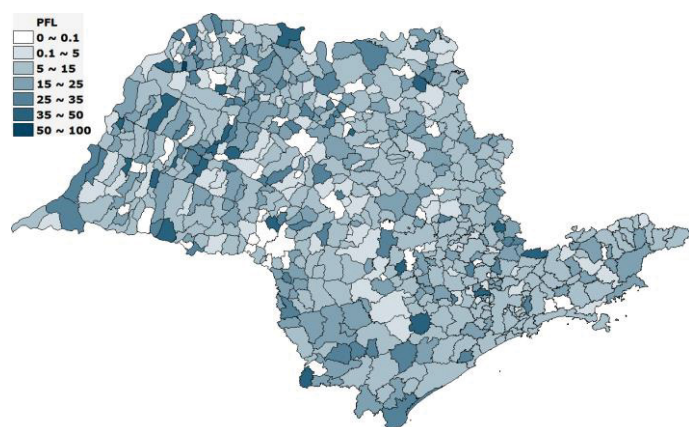
Mapa 7. PFL – Votações para Vereadores – 1992



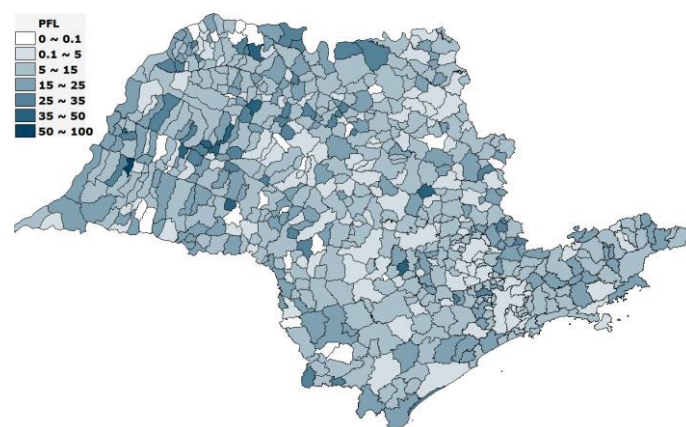
Mapa 8. PFL – Votações para Vereadores – 1996



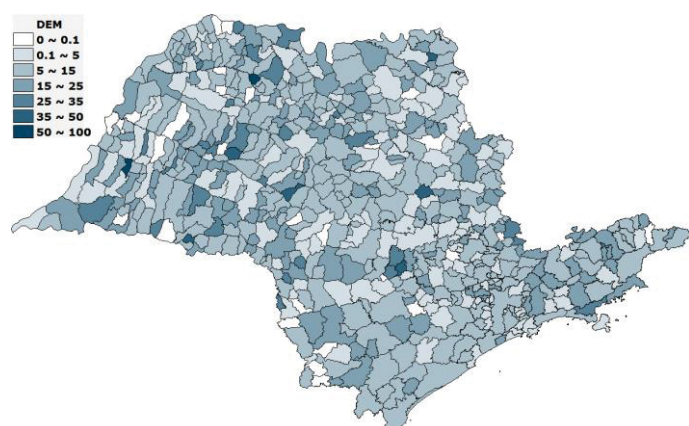
Mapa 9. PFL – Votações para Vereadores – 2000



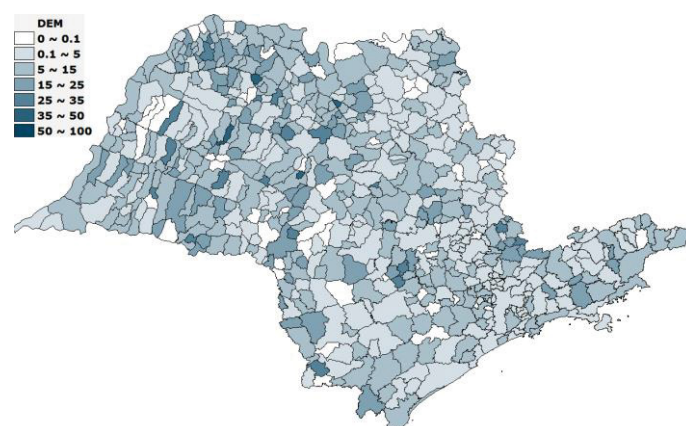
Mapa 10. PFL – Votações para Vereadores – 2004



Mapa 11. DEM – Votações para Vereadores – 2008



Mapa 12. DEM – Votações para Vereadores – 2012



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Os Mapas 7-12 mostram antes a presença do que o desempenho da sigla nos municípios. Se considerarmos o lançamento de candidaturas a vereadores como sinônimo de uma mínima presença do partido no município, observamos que o PFL/DEM começa a se expandir no estado entre as eleições de 1992 (Mapa 7) e as de 1996 (Mapa 8), consolidando-se a partir das eleições

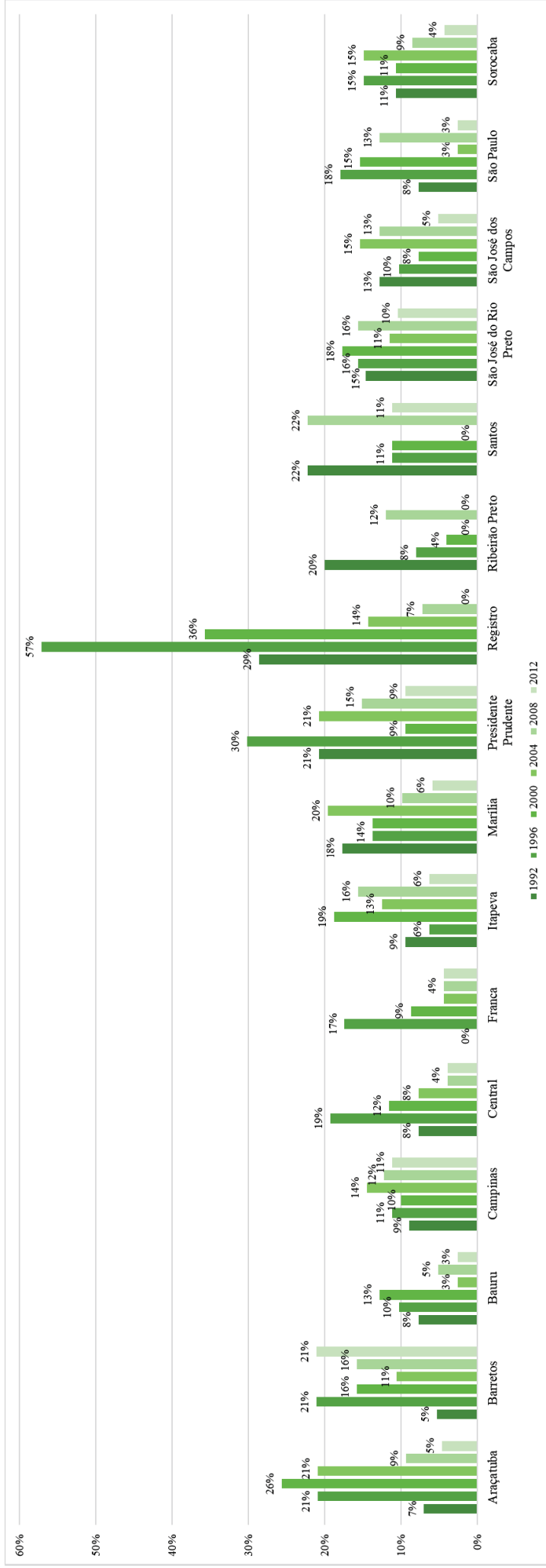
de 2000 (Mapa 9). Como as eleições para vereadores envolvem um número maior de partidos em disputa, as porcentagens geralmente são menores do que para prefeituras: conseqüentemente, as cores são mais uniformes do que as dos Mapas de distribuição de votos para os Poderes Executivos municipais. Mesmo assim, novamente é possível ver como o sul, o oeste e o noroeste do estado apresentam faixas um pouco maiores de votação do que os polos mais urbanizados e industrializados (Região Metropolitana de São Paulo, Região Administrativa de Campinas e Região Administrativa Central). Nos Mapas 9 e 10, vemos claramente que os municípios com faixas de votação maiores geralmente estão localizados na “periferia” do estado, ou seja, em regiões geograficamente distantes da capital.

O Mapa 12, com relação aos mapas anteriores, mostra como em 2012 as votações para vereadores obtiveram certa queda, mas ainda assim a periferia mostra votações um pouco maiores que as do centro político e econômico. Além disso, no Mapa 12 os focos brancos são muito menores do que no Mapa 6, ou seja, o partido lançou menos candidaturas para prefeitos em 2012, mas continuou se mostrando presente no território.

Regiões administrativas

A nossa escolha pela divisão do estado em regiões administrativas deve-se ao fato de que esta é uma das únicas divisões que levam em conta todos os municípios paulistas. Para selecionar as regiões mais relevantes para nosso artigo, organizamos o Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4
Prefeituras conquistadas pelo PFL/DEM por Região Administrativa (%)
(1992-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Gráfico 4 deixa claro que, seja hegemônica ou timidamente, seja regular ou irregularmente, o PFL/DEM esteve inserido em todas as regiões administrativas no período estudado. Alguns casos, porém, chamam mais a atenção. Como citado anteriormente e exposto pelo gráfico, as regiões de Registro e Presidente Prudente foram redutos da sigla no período estudado (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012, pp. 154-158).

A região de Registro, localizada ao sul do estado, é uma das selecionadas por três motivos: primeiro, por ter sido reduto da sigla por um longo período, onde ela conquistou 57% das prefeituras em 1996, maior proporção observada no Gráfico 4; segundo, por ser uma região na qual o partido começa a cair a partir de 2004 e chegou a não conseguir eleger sequer um prefeito em 2012, um dos poucos casos em que isso acontece no período que estudamos¹⁴; terceiro, por ser uma região de indicadores socioeconômicos precários, o que a literatura aponta como um terreno fértil para o sucesso de partidos de direita. A região de Presidente Prudente está selecionada também por ser dos redutos do partido, mas principalmente por ser localizada ao oeste do estado, sendo um lugar privilegiado para observarmos os efeitos da dinâmica “centro-periferia” e da concentração de votos em partidos conservadores em regiões distantes da capital (MENEGUELLO, BIZZARRO NETO, 2012).

Por fim, selecionamos a região de Campinas, por apresentar um contexto social menos propenso ao sucesso de partidos de direita – próxima e conectada à capital, portando melhores indicadores socioeconômicos. Mesmo assim o PFL/DEM tem regularidade na região, conquistando uma média de 11% das municipalidades. A seguir, faremos uma breve descrição de cada uma das três regiões e analisaremos as votações do PFL/DEM nas mesmas.

Caracterização das regiões administrativas e análise do desempenho eleitoral do PFL/DEM nas mesmas

Região Administrativa de Registro

A região foi marcada, por um longo tempo, pelas atividades de subsistência (pesca, coleta e lavoura). Nos anos 1930, a imigração japonesa tentou desenvolver o cultivo de chá e banana, mas tardiamente, pois o estado já estava se inserindo no ciclo da industrialização. A região ficou à margem do ciclo do café e também da industrialização paulista. Atualmente, sua economia é baseada na agricultura, e secundariamente na mineração, na pesca, e no extrativismo vegetal –

¹⁴ Além desse caso, somente deixou de eleger prefeitos na RA de Franca em 1992, na RA de Ribeirão Preto em 2004 e 2012 e na RA de Santos em 2004.

com destaque para o alto grau de clandestinidade desta última atividade (BRANDÃO, MACEDO, 2007).

Quadro 1
Número de habitantes e urbanização da RA de Registro
(1991-2010)

RA de Registro				
Ano	Habitantes (n)	Participação relativa de habitantes em SP (%)	Urbanização da região (%)	Urbanização do estado (%)
1991	225.413	0,72	60,73	92,76
2000	254.753	0,69	66,27	93,41
2010	269.160	0,65	71,4	95,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade.

Apesar de ter sido um dos primeiros territórios ocupados na colonização do Brasil, a região administrativa de Registro é marcada por ser pouco populosa e pouco urbanizada. A série de número de habitantes, descrita no Quadro 1, não ultrapassa 1% na participação relativa do total da população paulista; e o grau de urbanização é baixo se comparado às médias do estado. Todas as 14 cidades eram, no período analisado, de micro, pequeno e médio portes¹⁵.

No seu processo de urbanização, recebeu influência dos ciclos de mineração, de subsistência, de entreposto mercantil, do chá, da banana, da pesca, do extrativismo etc., complexificando as relações campo-cidade. Por conta dessa base agropecuária, do grau de urbanização relativamente baixo, da baixa densidade demográfica e do amplo território de preservação¹⁶, é a região administrativa com menor representação industrial no estado.

Recebeu forte fluxo migratório, entre 1980 e 1990, por conta da busca por terras para produção por subsistência. A distribuição da população não é heterogênea, conformando "cidades locais", sem contato com mercado inter-regional ou nacional, sendo um ambiente propício para atividades informais e artesanais. (BRANDÃO, MACEDO, 2007). Tem menos serviços de comunicação (telefones, por exemplo) e menos bens culturais (centros culturais, bibliotecas, cinema, museus etc., por exemplo) do que a média estadual (MATOS *et al.*, 2007), mostrando certo isolamento da região.

¹⁵ Informações do Perfil dos Municípios Paulistas, da Fundação Seade. Disponível em: www.imp.seade.gov.br. Acesso em: 28.out.2017.

¹⁶ Apresenta notável patrimônio natural, com a maior cobertura vegetal preservada do estado (cerca de 50%).

Quanto a problemas sociais, a região possui altas taxas de desemprego, de analfabetismo, de concentração de famílias com baixa renda, de óbitos por agressões e acidentes de transporte e de mortalidade infantil, enquanto apresenta baixos números de expectativa de vida e de profissionais de saúde. Destaca-se por ser a região com a pior condição habitacional do estado (POCHMANN, 2007).

Quadro 2
Dados socioeconômicos dos 2 maiores e menores municípios da RA de Registro e
votações do PFL nos mesmos
(1992-1996)

Região Administrativa de Registro					Votações (%)				
					1992		1996		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maior.	Registro	47856	76,97	12,41	0,509	-	3,53	6,66	2,37
	Jacupiranga	37874	54,56	20,19	0,477	12,79	4,28	41,75	7,42
Menor.	Pedro de Toledo	7605	48,67	22,03	0,465	18,3	6,99	37,34	9,24
	Barra do Turvo	6824	27,2	34,52	0,318	-	-	36,26	5,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Quadro 3
Dados socioeconômicos dos 2 maiores e menores municípios da RA de Registro e
votações do PFL nos mesmos
(2000-2004)

Região Administrativa de Registro					Votações (%)				
					2000		2004		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maior.	Registro	53704	80,12	8,6	0,65	-	8,37	-	8,74
	Cajati	29176	71,84	13,88	0,579	5,1	10,59	18,94	8,21
Menor.	Barra do Turvo	8098	35,51	21,77	0,482	52,47	18,77	52,9	23,66
	Ilha Comprida	6653	100	6,08	0,694	-	28,09	-	27,85

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Quadro 4
Dados socioeconômicos dos 2 maiores e menores municípios da RA de Registro e
votações do DEM nos mesmos
(2008-2012)

Região Administrativa de Registro					Votações (%)				
					2008		2012		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maior:	Registro	54248	88,78	5,58	0,754	-	10,06	-	4,03
	Iguapé	28828	85,63	8	0,726	-	6,68	-	4,46
Menor:	Ilha Comprida	9000	100	5,07	0,725	35,94	12,47	-	13,31
	Barra do Turvo	7727	41,06	17,1	0,641	-	10,95	-	18,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Ainda que próximas, a capital e a região administrativa de Registro são estruturalmente isoladas, tanto pela inexistência de malhas rodoviárias e ferroviárias que as interliguem, quanto pela precariedade dos serviços de comunicação e cultura. A região é a menos populosa e de condições de habitação mais deploráveis, sustentada por uma economia marcada pelo localismo e pela tradição da subsistência. Esse contexto seria, de acordo com a literatura, favorável à manutenção de partidos conservadores no poder político local. O caso da região de Registro mostra que a literatura tem razão quanto a essa influência do contexto: nos Quadros 2 e 3 (1992-2004), vemos como os baixos graus de urbanização (se comparado aos do estado no Quadro 1), as altas taxas de analfabetismo e os baixos IDH-m (indicando pior qualidade de vida) permitiram o sucesso do PFL. No Quadro 4, no qual se constata o aumento dos graus de urbanização, queda das taxas de analfabetismo e aumento dos IDH-m (melhora da qualidade de vida), o DEM passa a lançar menos candidatos e obter menores votações, abrindo espaços para partidos de centro (PSDB e PMDB) e de centro-esquerda (PT), que passam a dominar a região. Aqui, percebemos que, mesmo em municípios de menor porte, é necessário observar atentamente o contexto no qual tais municípios estão inseridos.

Região Administrativa de Presidente Prudente

A economia local, durante os séculos XIX e XX, sofreu grande influência do transporte de rebanhos e do café, principalmente. A região funcionou como polo atrativo para grandes levas de migrantes, já que havia uma política, tanto do estado quanto da União, para sustentação do preço do café e ocupação das ofertas de terras presentes na região. O transporte e o café, impulsionadores da economia local, foram responsáveis pela ocupação e especulação das terras na região. Há de registrar que o algodão e a pecuária também ocupavam as demais terras não reservadas ao plantio do café. O algodão consolidou-se e cumpre papel de articulação regional

a diversos municípios do estado. A pecuária, por sua vez, deu à região o título de maior polo exportador de carne do país, além de ser uma importante bacia leiteira.

Quadro 5
Número de habitantes e urbanização da RA de Presidente Prudente
(1991-2010)

RA de Presidente Prudente				
Ano	Número de habitantes	Participação relativa de habitantes em SP (%)	Urbanização da região (%)	Urbanização do estado
1991	732.802	2,33	81,67	92,76
2000	787.561	2,13	85,39	93,41
2010	833.120	2,02	88,81	95,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade.

No Quadro 5, vemos que o número de habitantes da região é expressivo, mas baixo se olhado em comparação ao do estado, sendo responsável por cerca de 2% da população em todo o período analisado. A urbanização também é baixa com relação à média estadual, mas nota-se um crescimento neste quesito, avançando 8 pontos percentuais em menos de duas décadas. A região comporta 53 municípios: entre eles, somente um, Presidente Prudente, tem mais de 100 mil habitantes e é classificado como grande, enquanto todos os outros são classificados como micros, pequenos e médios.

É a região administrativa mais distante da Região Metropolitana de São Paulo. A população encontra seu polo de maior atração em Presidente Prudente, que se destaca por sua atividade como centro atacadista e varejista, centro educacional, polo médico e, em comparação com os demais municípios da região, referência para serviços mais complexos e sofisticados. Esta região é marcada como um acesso tradicional ao Centro-Oeste brasileiro, sendo terreno para importantes rodovias, ferrovias e portos fluviais (BRANDÃO, MACEDO, 2007). Tem menos serviços de comunicação do que a média estadual, mas boas bases em bens culturais, com várias casas de culturas, bibliotecas, cinema, teatro etc. (MATOS *et al.*, 2007).

O setor agropecuário possui desempenho positivo na região, em contrapartida à produção industrial. A distribuição de emprego formal corrobora com tal afirmação, ao demonstrar que há crescimento de participação na ala da Agropecuária – de 3,3% para 9,6%, entre 1985 e 2003. A região apresenta altas taxas de analfabetismo (POCHMANN, 2007).

Quadro 6
Dados socioeconômicos dos 6 maiores e menores municípios da RA de Presidente Prudente e votações do PFL nos mesmos (1992-1996)

Região Administrativa de Presidente Prudente					Votações (%)				
					1992		1996		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maiores	Presidente Prudente	162343	96,64	10,2	0,623	48,03	4,57	45,01	7,15
	Teodoro Sampaio	46131	53,42	17,41	0,485	-	-	33,85	16,69
	Dracena	39229	87,08	14,32	0,574	-	-	50,90	10,92
	Presidente Venceslau	35490	94,62	13,45	0,542	36,81	6,36	35,25	6,75
	Presidente Epitácio	34291	87,33	16,13	0,531	71,10	4,36	24,53	13,69
	Adamantina	32116	85,25	13,87	0,592	-	-	-	-
Menores	Estrela do Norte	2831	56,98	20,23	0,458	-	-	52,42	12,57
	Sagres	2694	43,8	23,88	0,439	-	-	-	22,25
	Sandovalina	2440	65,98	26,73	0,513	-	18,81	-	17,18
	Flora Rica	2419	60,02	24,02	0,501	60,53	9,17	-	6,95
	Santo Expedito	2224	71,76	20,8	0,519	-	-	-	12,61
	Nova Guataporanga	2192	69,25	22,85	0,493	-	3,52	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Quadro 7
Dados socioeconômicos dos 6 maiores e menores municípios da RA de Presidente Prudente e votações do PFL nos mesmos (2000-2004)

Região Administrativa de Presidente Prudente					Votações (%)				
					2000		2004		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maiores	Presidente Prudente	188949	97,91	6,19	0,746	-	2,53	-	7,02
	Dracena	40491	91,74	8,97	0,717	-	7,40	40,28	13,80
	Presidente Epitácio	39254	92,51	9,99	0,665	-	31,78	27,37	19,64
	Presidente Venceslau	37335	92,52	9,72	0,701	-	3,96	-	10,57
	Adamantina	33484	90,66	9,48	0,721	-	-	31,44	14,30
	Oswaldo Cruz	29641	88,17	9,82	0,705	-	5,11	-	8,71
Menores	Nantes	2272	73,11	18,87	0,629	40,81	25,42	-	23,06
	Ribeirão dos Índios	2221	79,2	15,73	0,612	-	47,04	100,00	63,35
	São João do Pau d'Alho	2185	73,91	14,31	0,641	-	36,85	-	7,43
	Flora Rica	2179	72,01	17,17	0,639	54,84	18,36	51,38	15,39
	Nova Guataporanga	2087	82,8	19,08	0,639	-	11,84	-	35,33
	Pracinha	1432	82,89	20,29	0,57	-	15,38	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Quadro 8
Dados socioeconômicos dos 6 maiores e menores municípios da RA de Presidente Prudente e votações do DEM nos mesmos (2008-2012)

Região Administrativa de Presidente Prudente					Votações (%)				
					2008		2012		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maiores	Presidente Prudente	207.461	97,95	3,91	0,806	-	1,87	-	5,23
	Dracena	43.244	92,33	5,82	0,776	-	3,40	-	1,31
	Presidente Epitácio	41.306	93,29	6,8	0,75	-	1,82	3,94	7,59
	Presidente Venceslau	37.909	95,67	6,64	0,763	-	2,12	-	0,64
	Adamantina	33.787	94,53	6,35	0,79	85,18	13,30	39,15	25,09
	Oswaldo Cruz	30.915	89,86	6,53	0,762	-	5,04	-	1,92
Menores	Estrela do Norte	2.662	79	9,33	0,74	-	-	-	13,34
	Sagres	2.399	75,95	13,47	0,73	-	14,49	59,96	18,65
	Ribeirão dos Índios	2.187	84,59	13,93	0,721	100,00	51,81	-	15,80
	Nova Guataporanga	2.174	86,94	12,72	0,726	-	-	-	-
	São João do Pau d'Alho	2.104	81,08	11,16	0,75	-	-	-	-
	Flora Rica	1.754	80,96	14,41	0,727	-	0,81	-	0,69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

A hipótese da literatura permite sugerir que a região seria propensa ao sucesso dos partidos de direita, por ser pouco populosa e ter forte presença da agricultura, baixo grau de urbanização, baixo IDH-m e altas taxas de analfabetismo. O Quadro 6 mostra que a sigla ocupou esse nicho indicado. É preciso levar em conta que a região é a mais distante da capital, sendo mais conectada com o Centro-Oeste brasileiro do que com o próprio estado. Essa distância reforçou as condições de isolamento da região, vide a dificuldade em superar as altas taxas de analfabetismo, que ainda permanecem altas no Quadro 8 (2008-2012). Esse isolamento fez com que o PFL/DEM obtivesse sucesso mesmo em municípios cujas condições objetivas destoassem do contexto regional. Como exemplo, temos Dracena, Presidente Epitácio e Adamantina em 2004 (Quadro 7), cidades com bons indicadores socioeconômicos nas quais o PFL teve bons resultados.

Região Administrativa de Campinas

Como epicentro da expansão cafeeira e ferroviária nas três primeiras décadas do século XX e como uma das regiões com maior concentração industrial no país atualmente, a base econômica da região de Campinas conta com uma grande diversidade de atividades, estruturando-se a partir de uma alta integração inter-regional e intrarregional. Esta integração se deu graças à infraestrutura de comunicação e à logística presentes na região. Campinas é responsável por boa parte da malha rodoviária, aérea e ferroviária do estado, sendo uma das maiores do país e

do continente. Ou seja, a região torna-se fundamental no processo de interiorização do desenvolvimento da economia do estado paulista no final do século XX e no começo do século XXI (BRANDÃO, MACEDO, 2007).

Quadro 9
Número de habitantes e urbanização da RA de Campinas
(1991-2010)

RA de Campinas				
Ano	Habitantes (n)	Participação relativa de habitantes em SP (%)	Urbanização da região (%)	Urbanização do estado (%)
1991	4.382.452	13,94	89,99	92,76
2000	5.383.260	14,55	92,83	93,41
2010	6.241.314	15,14	94,9	95,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade.

O Quadro 9 evidencia que a região é muito populosa, tendo alta participação relativa no número de habitantes paulistas – oscilando entre cerca de 14-15% ao longo das duas décadas analisadas – e que possui alto grau de urbanização, assemelhando-se ao do estado e crescendo nas mesmas proporções que ele ao longo do tempo. Conta com 90 municípios, majoritariamente micros e pequenos, mas alguns grandes são marcantes, como a própria Campinas, que se caracteriza como polo regional de prestação de serviços de saúde, de indústrias e de tecnologia, principalmente (BRANDÃO, MACEDO, 2007).

A região é composta por diversas malhas de rodovias de alta capacidade, como a Anhanguera (SP-330), a Bandeirantes (SP-348), a Dom Pedro (SP-065) e a Fernão Dias (BR381); além do município de Campinas sediar um aeroporto internacional, o de Viracopos (VCP). Logo, é bem localizada, facilitando o escoamento da produção da agropecuária e da indústria, e permitindo a expansão dos serviços (BRANDÃO, MACEDO, 2007). Em relação aos serviços culturais oferecidos, a região administrativa destaca-se como maior contribuidora, perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo; o mesmo para os serviços de comunicação, de taxas próximas às do SP, mostrando como a região desponta neste ponto (MATOS *et al.*, 2007). É importante mencionar que a região possui uma das menores taxas de analfabetismo do estado paulista (POCHMANN, 2007).

Quadro 10
Dados socioeconômicos dos 10 maiores e menores municípios da RA de Campinas e
votações do PFL nos mesmos
(1992-1996)

Região Administrativa de Campinas					Votações (%)				
					1992		1996		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maiores	Campinas	826100	96,6	7,6	0,618	-	6,28	-	6,26
	Jundiá	285706	91,5	8,2	0,602	-	0,92	-	-
	Piracicaba	275696	94,9	7,7	0,580	-	1,50	-	2,48
	Sumaré	208143	98,9	12,7	0,506	-	-	-	-
	Limeira	200755	86,2	9,6	0,561	10,42	1,29	-	-
	Americana	150249	99,9	7,6	0,609	-	-	-	1,19
	Santa Bárbara d'Oeste	135962	97,0	9,8	0,532	8,10	3,03	-	3,02
	Rio Claro	134468	95,9	7,8	0,611	-	5,68	-	1,56
	Bragança Paulista	105832	83,9	12,8	0,553	40,15	3,39	32,03	2,50
Mogi Guaçu	103343	92,8	11,1	0,563	-	1,01	-	3,20	
Menores	Monte Alegre do Sul	5374	49,7	14,4	0,504	35,09	7,42	-	3,25
	Pedra Bela	5102	17,0	23,0	0,377	21,28	4,07	-	7,31
	Santa Maria da Serra	4114	79,0	16,2	0,436	-	-	-	-
	Lindóia	4020	85,7	15,5	0,514	-	-	48,11	11,32
	Corumbataí	3118	39,7	14,9	0,480	-	-	-	-
	Analândia	2938	52,1	13,9	0,493	-	-	75,35	18,32
	Santa Cruz da Conceição	2903	47,8	11,6	0,569	-	16,05	-	16,32
	Mombuca	2602	47,2	20,6	0,526	-	-	-	-
	Ipeuna	2596	64,9	14,3	0,505	-	-	-	-
Águas de São Pedro	1620	100,0	4,8	0,634	50,63	17,59	-	22,88	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Quadro 11
Dados socioeconômicos dos 10 maiores e menores municípios da RA de Campinas e
votações do PFL nos mesmos
(2000-2004)

Região Administrativa de Campinas						Votações (%)			
						2000		2004	
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maiores	Campinas	968160	98,33	4,99	0,735	3,52	9,76	-	4,00
	Piracicaba	328642	96,42	5,05	0,71	-	5,38	-	0,59
	Jundiaí	323056	92,83	5,01	0,744	2,67	7,89	3,54	0,52
	Limeira	248618	95,7	6,25	0,7	-	9,45	18,56	7,32
	Sumaré	196099	98,58	7,94	0,658	-	4,55	-	0,87
	Americana	182300	99,76	4,38	0,735	34,02	11,97	34,40	13,62
	Santa Bárbara d'Oeste	169818	98,73	6,27	0,688	-	8,68	-	5,12
	Rio Claro	167902	97,18	5,1	0,734	-	3,83	51,49	12,15
	Hortolândia	151697	100	7,6	0,636	-	1,19	-	9,97
Indaiatuba	146530	98,43	6,3	0,704	-	5,23	-	4,84	
Menores	Pedra Bela	5604	21,48	16,54	0,548	38,15	33,12	39,35	27,26
	Lindóia	5318	88,45	8,9	0,685	-	10,55	-	26,81
	Tuiuti	4947	45,83	12,92	0,604	12,65	14,73	54,24	20,43
	Santa Maria da Serra	4669	84,54	11,58	0,59	-	-	3,01	2,51
	Ipeuna	4321	79,4	9,67	0,669	-	-	21,19	10,73
	Corumbataí	3788	45,27	7,97	0,641	-	2,49	-	3,20
	Analândia	3576	73,99	7,98	0,685	63,79	20,25	67,87	36,13
	Santa Cruz da Conceição	3525	54,78	7,71	0,691	-	-	-	10,98
	Mombuca	3102	73,08	15,16	0,606	-	13,42	61,43	23,44
Águas de São Pedro	1881	100	2,94	0,791	37,11	24,76	44,62	17,02	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

Quadro 12
Dados socioeconômicos dos 10 maiores e menores municípios da RA de Campinas e
votações do DEM nos mesmos
(2008-2012)

Região Administrativa de Campinas					Votações (%)				
					2008		2012		
Municípios	Habitantes (n)	Urbanização (%)	Analfabetismo (%)	IDH-m	Prefeituras	Vereadores	Prefeituras	Vereadores	
Maiores	Campinas	1080062	98,28	3,26	0,805	-	8,11	-	3,73
	Jundiaí	369917	95,69	3,08	0,822	-	5,26	-	2,70
	Piracicaba	364504	97,33	3,1	0,785	-	1,39	-	0,23
	Limeira	275715	97,02	3,99	0,775	9,63	3,40	18,71	3,96
	Sumaré	241109	98,82	4,87	0,762	-	3,03	-	0,58
	Americana	210486	99,53	2,75	0,811	-	2,13	-	0,81
	Indaiatuba	201445	99	3,38	0,788	-	2,49	-	4,37
	Hortolândia	191823	100	4,63	0,756	15,92	4,46	-	0,14
	Rio Claro	186081	97,57	3,46	0,803	37,62	10,82	-	16,51
	Santa Bárbara d'Oeste	179989	99,21	3,68	0,781	-	7,87	-	4,18
Menores	Ipeuna	6005	86,08	5,78	0,753	-	16,74	-	16,85
	Santo Antônio do Jardim	5946	59,43	8,47	0,714	58,21	20,56	-	2,07
	Tuiuti	5926	50,08	8,79	0,728	35,90	18,43	55,36	22,86
	Pedra Bela	5772	24,91	11,56	0,677	49,67	27,04	45,53	31,85
	Santa Maria da Serra	5411	88,17	8,6	0,686	53,41	14,79	74,99	22,81
	Analândia	4279	79,29	6,61	0,754	55,73	36,37	41,71	21,68
	Santa Cruz da Conceição	3993	67,74	5,42	0,79	-	18,46	-	17,38
	Corumbataí	3870	54,03	7,03	0,754	-	1,00	-	0,26
	Mombuca	3264	82,2	9,27	0,719	100,00	18,84	-	-
Águas de São Pedro	2694	100	1,45	0,854	37,65	1,81	-	0,12	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, da Fundação Seade e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-COCEN/Unicamp).

A região conta com uma modernidade (urbanização, comunicação, cultura etc.) que deveria configurar, em tese, um terreno menos favorável ao sucesso eleitoral de partidos de direita, como o PFL/DEM, mas mesmo assim o partido mantém vitórias constantes na região. Os Quadros 10, 11 e 12 mostram que mesmo dentro da região há desigualdades. Alguns municípios têm porte populacional muito maior que outros: a média do número de habitantes dos 10 menores municípios (nos três quadros) é de 4706, enquanto dos 10 maiores é de 273063 – aproximadamente 67 vezes maior. Além disso, notamos que o grau de urbanização e o IDH-m tendem a ser menores em municípios de menor porte, assim como a taxa de analfabetismo tende a ser maior nessas mesmas localidades.

O PFL/DEM tem melhor desempenho justamente nos municípios de menor porte. O partido lança menos candidaturas para prefeitos em municípios mais populosos e, quando lança, obtém votações piores do que as observadas em municípios com menores números de habitantes – tendência melhor observada nos Quadros 11 e 12. Como candidaturas para vereadores têm “custo mais baixo”, não há distinção quanto ao lançamento em municípios maiores ou menores,

mas há diferenças nas votações: por mais que o número de competidores seja menor em municípios de menor porte, é muito significativo que a sigla consiga votações melhores em municípios menos populosos. Aqui, percebemos que, mesmo regiões de contexto desfavoráveis aos partidos de direita, é necessário levar em conta as desigualdades intrarregionais.

Conclusão

Neste artigo, fizemos o esforço de mapear e analisar socioeconomicamente as votações do PFL/DEM no estado de São Paulo de acordo com o acúmulo de debates e descobertas da literatura sobre desempenho eleitoral de partidos de direita em eleições locais no Brasil.

Observando os mapas de eleições para prefeitos e vereadores, notamos que o PFL/DEM tem votações mais expressivas em municípios distantes da capital. A sua ascensão observada em 1996 está associada à queda do PMDB no mesmo período; e sua queda a partir de 2012 está associada à fundação do PSD – a disputa, no entanto, não ocorreu somente com ele, mas também com os outros grandes partidos: PSDB, PMDB e PT. Através das descrições socioeconômicas e da comparação com o desempenho do partido, reforçamos a afirmação de que grandes distâncias entre regiões específicas do estado e a capital (centro econômico e político) podem reforçar um contexto mais propenso ao sucesso de partidos de direita, como o PFL/DEM, que manteve a região de Presidente Prudente, a mais distante da capital, como um de seus redutos ao longo do período recortado.

Também através das descrições, notamos como contextos favoráveis não bastam para o sucesso da direita, assim como contextos desfavoráveis não bastam para o fracasso. Na região de Registro o contexto foi importante para o sucesso do PFL por muitos anos, mas com a superação individual dos indicadores socioeconômicos de alguns municípios, a sigla perdeu seu reduto. Na região de Campinas, o contexto desenvolvido, urbanizado e industrializado seria hostil ao PFL/DEM. Mesmo assim o partido está presente na região, localizado de acordo com as desigualdades intrarregionais: nos municípios de menores portes, menores graus de urbanização, maiores taxas de analfabetismo e pior qualidade de vida.

Assim, concluímos que, nas eleições municipais paulistas, o PFL/DEM de fato tem um desempenho que coaduna com o apontado pela literatura. Entretanto, faz-se necessária uma *articulação* entre contexto e município, para não perdemos a dimensão de que o contexto importa para a explicação do desempenho dos partidos, mas é um fenômeno demasiado complexo e depende de outras variáveis.

Referências bibliográficas

- Avelar, L. & Lima, F. D., 2000. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Lua Nova*, 49, pp. 195-223.
- Avelar, L. & Walter, M. T., 2008. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, 14(1), pp. 96-122.
- Brandão, C. & Macedo, F. 2007. Demografia e Urbanização. In W. Cano & C. Brandão & C. Maciel & F. Macedo (orgs). *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Editora Alínea, pp. 23-110.
- Cano, W. & Brandão, C. & Maciel, C. & Macedo, F. (orgs). 2007. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* Campinas: Editora Alínea.
- Fernandes, J. L. M. 2017. *Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No prelo.
- Figueiredo, M. 1991. *A decisão do voto* São Paulo: Editora Sumaré.
- Gibson, E. 1996. *Class and Conservative Parties: Argentina in Comparative Perspective* Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Hagopian, F. 1996. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil* New York: Cambridge University Press.
- IBGE. 2016. *Produto Interno Bruto dos Municípios (2010-2014)*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?&t=series-historicas>. Acesso em: 25.out.2017.
- IBGE. 2017. *Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de Julho de 2017*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf. Acesso em: 25.out.2017.
- Kerbauy, M. T. M. 2000. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local* São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- Limongi, F., 2012. Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 55(1), pp. 37-69.

- Mainwaring, S. & Meneguello, R. & Power, T., 2000. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases* São Paulo: Paz e Terra.
- Matos, E. & Siqueira, H. & Brandão, C. & Gomes, D. & Silva, R. 2007. O Setor Terciário. In W. Cano & C. Brandão & C. Maciel & F. Macedo (orgs). *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Editora Alínea, pp. 241-312.
- Meneguello, R. & Bizzarro Neto, F., 2012. Contexto e competição na Política Paulista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 55(1), pp. 119-168.
- Nunes Leal, V. 2012 [1949]. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* São Paulo: Companhia das Letras.
- Pochmann, M. 2007. Emprego, Renda e Principais Questões Sociais. In W. Cano & C. Brandão & C. Maciel & F. Macedo (orgs). *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Editora Alínea, pp. 313-376.
- Taylor, P. & Johnston, R. 1979. *Geography of elections* Harmondsworth: Penguin Books Ltd.

RESUMO

Neste artigo, analisamos o desempenho eleitoral do Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM) nas disputas locais do estado de São Paulo entre 1992 e 2012. A literatura indica que em eleições municipais brasileiras os partidos de direita tendem a obter melhores votações em municípios de porte populacional pequeno, de pior qualidade de vida e distantes de centros políticos e econômicos. Nosso objetivo é identificar se as votações do PFL/DEM em São Paulo coadunam com o assinalado. Para isso, construímos mapas de dados eleitorais e descrições socioeconômicas de determinadas regiões administrativas para observar de forma mais aprofundada os resultados da sigla. Elas mostram que em São Paulo as votações do partido se concentram nos tipos de regiões e municípios que a bibliografia aponta como mais propensos ao sucesso da direita. A conclusão aponta ser necessário pensar uma articulação entre contexto regional e município para a compreensão de eleições locais.

Palavras-chave: partidos políticos; eleições municipais; geografia eleitoral.